

Discurso proferido pelo Senhor Deputado Rafael Guerra na AP-CPLP

A história nos legou um patrimônio comum, que é a língua portuguesa, na qual se condensa uma rica experiência histórica, mas, sobretudo, apresenta um extraordinário potencial para novos empreendimentos conjuntos dos povos lusófonos, quando encaramos o futuro.

A criação, em 1996, desta Comunidade dos Países de Língua Portuguesa adveio dessa percepção: não deve a herança ficar adormecida, apenas para se invocar de tempos em tempos, em comemorações ritualísticas dos vínculos entre os países.

É preciso, ao contrário, saber valorizá-la, fazendo dela um instrumento de inserção criativa num mundo de crescente interdependência, conforme o enuncia a Declaração Constitutiva da CPLP, de 17 de julho de 1996.

Desde a criação de nossa Comunidade, apesar de tão pouco tempo transcorrido, quando consideramos a escala de tempo da evolução histórica, o mundo tem conhecido eventos de alta significação, que não podemos ignorar. Ao contrário, devem esses eventos instigar-nos para, como uma Comunidade, debatermos alguns temas relevantes e levá-los, de forma individual ou coletiva, aos foros internacionais de que participamos, como contribuição nossa à solução dos problemas novos ou antigos que se tenham agravado.

Gostaria de meditar com as Senhoras e Senhores sobre alguns dos temas e problemas deste momento, como os vejo de minha perspectiva de parlamentar brasileiro, temas e problemas que me parecem dignos da consideração desta comunidade.

1. Primeiramente, mencionaria a crescente necessidade de defesa da democracia. Os últimos decênios caracterizaram a fadiga e debacle dos modelos autoritários que vigoraram no período pós Segunda Guerra Mundial, alguns deles datando ainda das primeiras décadas do século passado. Em alguns momentos, é preciso reconhecer, pensou-se mesmo nas autocracias como melhor solução para os desafios do desenvolvimento de nossas sociedades. Contudo, esse período é página virada. Os modelos não-democráticos revelaram grandes limitações no próprio desempenho econômico, e deixaram pesado ônus para as sociedades em que vigoraram, no plano dos direitos civis, políticos e sociais.

Há que lembrar, sem dúvida, o próprio fracasso dos modelos socialistas não-democráticos, praticado na União Soviética e países de sua órbita. Por outro lado, é imperativo reconhecer terem as sociedades democráticas se mostrado capazes de promover a maior igualdade entre seus cidadãos. As democracias foram capazes, no período de pós-guerra, de incluir politicamente as várias camadas da população e de elevá-las a um nível superior da cidadania.

A cidadania, organizada na defesa de seus interesses, logrou, pelos meios institucionais, pela luta política legítima, sobretudo pela via dos canais representativos, por em prática avançadas políticas de bem-estar. Com isso, logrou-se notável estabilidade política, em contraste com as conturbadas décadas do começo do século passado, marcados pela violência, pelas polarizações ideológicas e retrocessos institucionais.

A democracia moderna não pode ser encarada, como foi moda entre muitos de seus detratores, como um

sistema formal, insensível aos direitos sociais, a se contrapor à verdadeira democracia, intitulada substantiva. Se, em nome desta, se impõe o sacrifício dos direitos, o desrespeito às liberdades públicas, as restrições à liberdade de expressão, à organização livre de interesses, o tolhimento dos meios institucionais de fazer oposição, cuidado! pois nos estamos afastando do núcleo da idéia democrática.

Em anos mais recentes, tem surgido a identificação da democracia com o uso das práticas plebiscitárias. Ora, o plebiscito não é, necessariamente, um instituto democrático. Muitos ditadores, ou aspirantes a tal, a eles recorrem. Se os plebiscitos são usados para destruir a separação e harmonia entre os poderes, para restringir direitos, perpetuar governantes, impedir o exercício da oposição, certamente não se trata de institutos democráticos. A democracia não pode admitir, por equívocos conceituais, que se implante, em seu seio, o germe de sua destruição.

Nossa comunidade deve ficar atenta às novas ameaças à democracia, e lutar, no plano do pensamento e da ação, a começar no âmbito de nossos próprios países, como também neste e nos demais foros de que participemos, para que tais ameaças não se concretizem.

2. Um segundo ponto me parece necessitar nossa reflexão conjunta e ação, sobretudo dentro de nossos próprios países, mas também no plano internacional. Refiro-me à defesa da ética e transparência no uso do dinheiro público e conseqüente combate à corrupção. Esta é um mal insidioso, que pode ser fatal para nossas democracias.

A substancial produção de estudos sobre a democracia que nos últimos cinquenta anos se produziu

tem dado ênfase -- para exprimi-lo sinteticamente -- a dois aspectos desse regime, a sua eficácia e a sua legitimidade. A democracia tem de produzir resultados, e assim não temer o confronto com as ditaduras. Mas precisa ser, também, um regime respeitado pela população, sendo esse respeito o melhor antivírus contra as tentações autoritárias e golpistas. Regimes corruptos perdem o respeito da população.

O problema da corrupção, em particular no campo da política, não se restringe às novas democracias. Também se manifesta nas democracias mais antigas e consolidadas. Uma diferença importante, contudo, reside no diferente grau de tolerância ao mal. Em algumas sociedades, a corrupção é punida, as leis são rigorosas, e sua aplicação pelo judiciário é dissuasiva. Em outras, os corruptos conseguem escapar, seu exemplo frutifica, e a população encara com crescente ceticismo e desprezo a atividade política.

Um dos pontos cruciais na luta contra a corrupção reside no financiamento da atividade política, em particular nas campanhas eleitorais. Temos de dedicar a esse tópico nossa atenção e nosso esforço, nos vários planos, tanto na produção de leis específicas, quanto no reforço de instituições de controle dentro de nossos sistemas políticos, nos seus vários poderes. Na esfera internacional, o tema tem de merecer a atenção nos diversos foros, sobretudo pelo incentivo, na atuação das agências de fomento e financiamento, às práticas corretas e ao combate à corrupção.

3. Um terceiro tema que desejo trazer à consideração desta nossa reunião tem a ver com as recentes crises nos EUA e na Europa. Centrar-me-ei, sobretudo, em seus

reflexos sobre a economia brasileira, mas gostaria que, do exemplo, extraíssemos alguns ensinamentos.

A crise econômica iniciada nos EUA, em 2007, chegou ao Brasil no terceiro trimestre de 2008. O contágio foi planetário, atingindo mais fortemente os países de integração financeira mais intensa. As principais áreas e países afetados foram, além dos EUA, a Europa, o Japão, o México e a Rússia.

Os emergentes, a exemplo do Brasil, China e Índia, nos quais os respectivos sistemas bancários não tinham haveres financeiros ligados aos títulos denominados *subprime*, foram atingidos principalmente por dois canais: a) quebra na renovação (rolagem) dos empréstimos em âmbito internacional e b) redução no comércio internacional, afetando os segmentos exportadores, impondo sérias perdas de postos de trabalho.

O ano de 2009 foi um período de ajuste. O governo estimulou uma política expansionista por meio de elevação das despesas correntes, do crédito interno e de renúncias tributárias. Ou seja, a solução foi tipicamente nos moldes keynesianos. Obteve-se sucesso, mas a herança, como em todo o planeta, é a dificuldade de reencontro com a austeridade fiscal. Há vários exemplos dessa problemática na Europa. Esse aspecto nos leva a um quarto tema, que lhes trago à consideração.

4. Um aspecto a ressaltar, no comportamento brasileiro diante da crise, foi que encontramos um terreno mais bem preparado no plano institucional, com continuidade entre os governos, sem embargo da mudança de coalizões governantes. Instituições e práticas anteriormente postas em funcionamento foram mantidas.

Pode-se dizer que grande parte da não contaminação dos bancos brasileiros se deve à cultura de austeridade e

de implementação das regras, pelo Banco Central, no sistema bancário.

A questão bancária depende de o Estado fazer a sua tarefa, independentemente da conveniência política. Fiscalizar as contas, auditá-las e impor as regras prudenciais são atividades suficientes na prevenção de crise financeira.

Ou seja, boa parcela dos problemas que a presente crise expôs é sanável no plano nacional, caso funcionem corretamente as instituições.

Termino estas observações mencionando, também, dois outros aspectos das políticas implementadas no Brasil a partir dos anos 90, que se têm revelado positivas. Refiro-me, primeiro, à Lei de Responsabilidade Fiscal, que, apesar de ainda ter imperfeições, tem revelado eficácia em impor a austeridade fiscal, sobretudo nos níveis subnacionais de governo.

O outro grande instrumento foi a obtenção da estabilidade da moeda, o chamado Plano Real, que pôs termo a décadas de convívio com a inflação. Esta, entre outros efeitos perniciosos, agravou fortemente a desigualdade de renda no país. Hoje podemos ter, por exemplo, uma política social vitoriosa, como o programa Bolsa Família, cujo bom êxito advém da estabilidade monetária.

5. Como último ponto, trago à consideração deste foro um tema candente, o da chamada crise ambiental. Há, no momento, vivo debate no plano internacional, em que se discute a causalidade de um possível aquecimento global, com assustadoras conseqüências. Nossas políticas e práticas são responsáveis ou não pelo aquecimento?

Qualquer que seja o desfecho dessa discussão, que se dá no plano científico, ou, mais precisamente, no da

política da ciência, o despertar para o tema do ambiente me parece muito positivo. É preciso repensarmos nossos modelos de desenvolvimento, pensando no bem-estar das pessoas. Áreas cruciais de nossa vida cotidiana têm de merecer tratamento e inovação. Há sentido em fazer do automóvel particular o principal meio de transporte? Podemos continuar a desconsiderar a devastação das florestas, a não proteção das encostas, a poluição dos cursos d'água? É razoável o que se faz na ocupação do solo em nossas cidades?

Em particular, deve ser central em nossas considerações a discussão da energia, com meditação sobre as alternativas às atuais formas de sua produção. Este foro também deve incentivar esse debate entre nossos países, e levar nossas eventuais sugestões aos demais âmbitos internacionais.